



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA EM GESTÃO DE OOPERATIVAS**

**IVONILDES CORREIA DE SÁ JESUS**

**O CESOL RECÔNCAVO COMO ESPAÇO DE MERCADO PARA  
EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS EM CRUZ DAS ALMAS-BA**

**Cruz das Almas**

**2019**

**IVONILDES CORREIA DE SÁ JESUS**

**O CESOL RECÔNCAVO COMO ESPAÇO DE MERCADO PARA  
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS EM CRUZ DAS ALMAS-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas, do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientador: Prof. José da Conceição Santana

**Cruz das Almas**

**2019**

IVONILDES CORREIA DE SÁ JESUS

**O CESOL RECÔNCAVO COMO ESPAÇO DE MERCADO PARA  
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS EM CRUZ DAS ALMAS-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas, do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Aprovada em 26 / 02 / 2019

---

**Professor José da Conceição Santana**  
Orientador – UFRB

---

**Prof.ª Alessandra Bandeira Antunes de Azevedo**  
(Membro – UFRB)

---

**Prof.ª Flora Bonazzi Piasentin**  
(Membro- UFRB)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a esse ser que me move e me faz acreditar que, “Tudo posso naquele que me fortalece”, o nosso Glorioso bom Deus. Agradeço aos meus filhos Taiane, Tailan, e Tauan pela paciência, incentivo, e por acreditar que sou merecedora de realizar sonhos. Sem vocês jamais conseguiria chegar até aqui. Agradeço a dona Bernadete, minha mãe, que com 78 anos acredita que os estudos transformam a vida das pessoas, as minhas irmãs pelas palavras de incentivo e o sentimento de orgulho por eu fazer uma faculdade, em especial minha irmã filha Ivana, que sempre está à disposição, encorajando-me a continuar. Aos colegas que direto e indiretamente contribuíram para a realização dessa conquista, aos amigos que fiz ao longo desta caminhada, em especial Cintia Carvalho e Everton Vinicius que me acolheram e que acreditaram que a idade só agrega experiência e sabedoria, me dando a chance de provar que sou capaz. Obrigado equipe NOTA 10, vocês fizeram a diferença. Agradeço aos professores do curso de Gestão de Cooperativas que fizeram parte dessa conquista. Agradeço a todos os empreendimentos que fazem parte do Espaço Solidário do Recôncavo que contribuíram com louvor para que esse trabalho se concretizasse. Aos técnicos, na pessoa de Eluammi, Bárbara, Erika e Roger pela disponibilidade e todo o apoio. Por fim ao meu orientador Prof. José Santana pela paciência, pela troca de saberes, por acreditar e me fazer seguir em frente, que Deus te abençoe hoje e sempre.

## **O CESOL RECÔNCAVO COMO ESPAÇO DE MERCADO PARA EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS EM CRUZ DAS ALMAS-BAHIA.**

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo, analisar as formas funcionais do CESOL Recôncavo, quanto a comercialização e fortalecimento dos Empreendimentos Solidários que fazem parte do Espaço Solidário do Recôncavo no município de Cruz das Almas Bahia. Pretende-se avaliar as estratégias de criação do espaço; identificar quais os critérios de participação dos empreendimentos; identificar quais as estratégias de comercialização; e, avaliar os resultados comerciais obtidos pelos empreendimentos. O estudo de caso foi realizado no Espaço Solidário do Recôncavo – Cruz das Almas/Ba, com a participação de 10 empreendimentos assistidos e 2 técnicos que fazem parte da administração do Espaço. Para esse estudo, foi utilizado um questionário com questões abertas e fechadas e entrevistas semiestruturadas, as quais serviram de base para as análises, em que foi observado que, as iniciativas do projeto têm potencializado os empreendimentos, quanto ao desenvolvimento nas técnicas de comercialização e gestão. No que tange os valores de produção coletiva e participação das atividades que consiste em estar no Espaço semanalmente, há uma resistência na conscientização de alguns dos sócios dos empreendimentos. Todavia, notou-se a fragilidade de se manter os serviços de assistência técnica por falta de recursos do programa, o que demonstra que a política pública não dá sustentabilidade permanente aos empreendimentos.

**Palavra-chave:** Política Pública-CESOL. Economia Solidária. Agricultura Familiar.

## **ABSTRACT**

The present work has as objective, to analyze the functional forms of CESOL, the Recôncavo, as the marketing and strengthening of Solidarity-based Ventures, which are part of the Space Supportive of the Recôncavo in the municipality of Cruz das Almas, Bahia. It is intended to assess the strategies of creation of the space; identifying the criteria of participation of the enterprises; to Identify which of the marketing strategies; and evaluate the commercial results achieved by the projects. The case study was carried out in the Space Supportive of The Recôncavo with the participation of 10 enterprises assisted and 2 technicians who are part of the administration of the Space, in which a questionnaire was used with open and closed questions, and semi-structured interviews, which served as a basis for analysis, it was observed that the initiatives of the project have enhanced the enterprises regarding the development in the techniques of marketing and management. Regarding the values of collective production and participation of the activities that consists in being in the Space weekly, there is a strength in raising awareness of some of the partners of the projects. However, it was noted the fragility of retain the services of technical assistance for lack of resources, which demonstrates that the public policy does not give sustainability to the projects.

**Keyword:** Cesol public policy, Solidarity economy, familyfarming.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Ciclo das Políticas Públicas.....	17
Figura 2 – Quem sustenta o Espaço .....	32

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Formalidade do EES.....	28
Gráfico 2-Categoria do empreendimento.....	28
Gráfico 3 - Constituição por sexo.....	29
Gráfico 4 – Taxa de Adesão.....	29
Gráfico 5 – Taxa mensal.....	30
Gráfico 6 – Participação nas atividades.....	30
Gráfico 7 – Como o empreendimento soube do Espaço.....	31
Gráfico 8 – Decisão do acréscimo de 30%.....	32
Gráfico 9 - Decisão para os EES tomar conta do Espaço.....	33
Gráfico 10 - Envio dos EES para outros espaços de vendas.....	34
Gráfico 11 – Entrada de novos sócios nos EES.....	35
Gráfico 12 – Aumento nas vendas.....	35
Gráfico 13 – Classificação dos preços após o EVE.....	36

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Territórios de Identidade do Estado da Bahia.....	21
---	----

## **LISTA DE SIGLAS**

CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar  
CEDITER - Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra  
CESOL - Centros Públicos de Economia Solidária  
CODES - Conselho Desenvolvimento Territorial do Recôncavo da Bahia  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
EES - Empreendimentos de Economia Solidária  
ES - Economia Solidária  
ESS - Empreendimentos Solidários e Sustentáveis  
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais  
TEM - Ministério do Trabalho e Emprego  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar  
PGPAF - Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural  
PP - Políticas Públicas  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais  
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário  
SEAF - Seguro da Agricultura Familiar  
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral  
SESOL - Superintendência de Economia Solidária  
SETRAS - Secretaria do Trabalho, Renda e Assistência Social  
SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.  
SIES - Sistema de Informação em Economia Solidária  
SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar  
STRs - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 METODOLOGIA.....	14
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA PÚBLICA PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA- CESOL.....	15
3.1 Contextualizando Políticas Públicas .....	15
3.2 Economia Solidária no Contexto de Políticas Públicas .....	18
3.3 Políticas Públicas para Economia Solidária na Bahia- CESOL.....	20
3.4-A Agricultura Familiar e Políticas Públicas .....	22
3.4.1- A Agricultura Familiar .....	22
3.4.2- Política Pública envolvendo a Agricultura Familiar- CESOL Recôncavo ....	25
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	27
4.1 Discussão dos dados.....	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	40
REFERÊNCIAS: .....	42
APÊNDICE .....	45

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo a contextualização de Caldas (2008, p. 5) o papel que o Estado exercia na sociedade no século XVIII e XIX, objetivava a segurança pública e defesa externa em caso de ataque inimigo. No entanto, com o avanço da democracia, o Estado passa a ter responsabilidade com as demandas da sociedade e passa a promover ações com a construção de políticas públicas, visando o bem-estar da sociedade. Ainda segundo Caldas (2008, p. 5) “Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”.

Com as lutas dos movimentos sociais nos anos de 1990, cria-se oportunidade de geração de emprego associado, que ganham incentivos públicos, fortalecendo a criação de políticas públicas para a economia solidária.

Como política de desenvolvimento para a Economia Solidária (ES), em 2012 a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), juntamente com a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), implantam-se os Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) no estado da Bahia, regulada com base na Lei Nº 8.647/2003, que, “Dispõe Sobre o Programa Estadual de Organizações Sociais e dá outras providências”.

As Políticas Públicas vem fortalecendo os empreendimentos da Economia Solidária no estado da Bahia, através dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL). Esses centros são iniciativas que fomentam e dão assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários, formais e informais, a fim de oportunizar o empreendimento como alternativa de geração de renda.

Com permanência no município de Cruz das Almas no Recôncavo da Bahia, o CESOL assiste empreendimentos que funcionam nos vinte municípios do Território e busca estratégias para o desenvolvimento e fortalecimento dos empreendimentos solidários e populares, dentro do contexto territorial, proporcionando a inserção dos agricultores e artesãos na comercialização de seus produtos nas redes de comércio justo e solidário, fomentando a comercialização dos pequenos agricultores e artesões.

O presente estudo tem como objetivo analisar as formas funcionais do CESOL Recôncavo quanto à participação e comercialização dos empreendimentos solidários, que fazem parte do Espaço Solidário do Recôncavo no município de Cruz das Almas-Ba. Nos últimos anos, várias iniciativas têm surgido no sentido de criar alternativas com novos canais

de comercialização para os Empreendimentos de Economia Solidária (EES), na promoção de geração de renda e inclusão social.

O interesse pelo tema surgiu a partir de uma visita ao Espaço Solidário do Recôncavo, onde em uma conversa com uma atendente do espaço, com quem procurei saber como seria a interação entre CESOL e os empreendimentos com relação às vendas e exposição dos produtos no Espaço, e como funcionava a política pública do CESOL na potencialização dos empreendimentos assistidos, surgiu à ideia de fazer o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) voltado para a Política Pública CESOL.

Observou-se também que no âmbito do curso de Gestão em Cooperativas, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) não há pesquisas sobre o impacto do CESOL junto aos empreendimentos. Tendo em vista a economia solidária ser um dos pilares do curso, este trabalho procurou contribuir para formação de reflexões a respeito dessa política pública.

Os conceitos utilizados inicialmente para a construção dessa proposta de pesquisa são: Política Pública CESOL – Bahia, Economia Solidária, Agricultura Familiar. Conceitos esses que serão tratados no referencial teórico resultante da pesquisa bibliográfica, no qual estão explanadas definições gerais necessárias para o estudo dos empreendimentos, que fazem parte do Espaço Solidário do Recôncavo, apoiados pelo CESOL Recôncavo.

Além desta introdução, este trabalho está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo consta quais foram as metodologias utilizadas na construção do trabalho, para a obtenção dos resultados finais. O segundo capítulo aborda os referenciais teóricos necessários ao embasamento e interpretação de dados, e análise da pesquisa. Este capítulo traz uma revisão sobre conceitos como: Políticas Públicas; A Economia Solidária no Contexto de Políticas Públicas; Política Pública para Economia Solidária na Bahia; Agricultura Familiar; e Política Pública envolvendo a Agricultura Familiar - CESOL Recôncavo. O terceiro capítulo desenvolve a sistematização, análise e discussão dos dados colhidos junto ao CESOL e os empreendimentos envolvidos na temática abordada. O quarto capítulo explicitará as considerações finais do estudo.

## 2. METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado no Espaço Solidário do Recôncavo, criado pelo CESOL Recôncavo no município de Cruz das Almas- Bahia, cidade criada através da Lei nº 119 de 29 de julho de 1897, atualmente conta com uma população estimada no ano de 2018 de 62.871 habitantes (IBGE, 2010).

O estudo tem como objetivo analisar as formas funcionais do CESOL, quanto à comercialização e desenvolvimento dos empreendimentos solidários que fazem parte do Espaço. Tendo como objetivos específicos: Avaliar a estratégia de criação do Espaço; Identificar quais os critérios de participação dos empreendimentos; Identificar quais as estratégias de comercialização; Avaliar os resultados comerciais obtidos pelos empreendimentos assistidos. O estudo foi pautado em três métodos de pesquisa. O primeiro foi a revisão bibliográfica, buscando construir uma base teórica de sustentação do estudo com diferentes autores como: Celina Souza, Ricardo W. Caldas, Sandra P. Praxedes, Paul Singer, Sergio Schneider, entre outros, para uma melhor fundamentação teórica dos temas abordados. Segundo Michel (2005, p. 91) “[...] A pesquisa bibliográfica é considerada parte essencial para aquisição de base teórica em qualquer ramo de conhecimento e para qualquer tipo de pesquisa científica, pois capacita o pesquisador a fazer análises, comparações e interpretações necessárias, através do conhecimento prévio adquirido nas leituras feitas”.

O segundo método foi constituído por pesquisa quantitativa, através da qual foram colhidos dados estatísticos, com a aplicação de questionários (Apêndice anexo) para os empreendimentos, contendo 19 questões fechadas e 2 questões abertas, (para as coletas de dados que refletem as características dos grupos e seu desempenho econômico comercial). Os dados foram coletados em 10 empreendimentos sendo, 8 associações e 2 grupos informais que fazem parte do Espaço Solidário do Recôncavo, cerca de 50% dos vinte e um empreendimentos assistidos pelo CESOL, O terceiro método foi a entrevista semiestruturada, com a utilização de um roteiro previamente elaborado, para levantamento de dados primários com 2 (dois) técnicos responsáveis pelo Espaço. Os dados foram sistematizados por meio de planilhas e analisados por meio gráficos. Segundo Fonseca (2002, p. 20) “A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos [...]”. Apesar de que, a proposta do estudo aqui desenvolvido, não se deterá tão somente na análise desses dados brutos, buscando compreender a situação para além da visão positivista.

Apesar de a pesquisa focar nos dados quantitativos, tendo em vista o tempo para conclusão do estudo, utilizou-se a pesquisa qualitativa, que não só descreve a realidade empírica dos empreendimentos, mas busca compreender o seu contexto. A pesquisa qualitativa segundo Minayo (2002, p. 22) “responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]”. A pesquisa qualitativa é utilizada para que se tenha uma compreensão mais aproximada da realidade com relação aos empreendimentos e a política pública CESOL, além de permitir a participação mais direta e percepção do pesquisador, permite a coleta de informações consistentes para uma melhor análise e conclusão do estudo.

O local escolhido para a realização da aplicação dos questionários e realização das entrevistas foi a sede do CESOL onde funciona o Espaço Solidário do Recôncavo, espaço de comercialização dos empreendimentos, devido ao pouco tempo de realização do trabalho e não ter condições matéricas de transporte para ir até os locais onde funcionam cada sede de empreendimento. Assim sendo essas entrevistas foram realizadas com as pessoas dos empreendimentos que estavam no plantão de vendas no Espaço, foram entrevistadas de 2 a 3 sócios de cada empreendimento totalizando 26 sócios.

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICA PÚBLICA PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA BAHIA- CESOL**

#### **3.1 Contextualizando Políticas Públicas**

Segundo a contextualização de Caldas (2008, p. 5) o papel que o Estado exercia na sociedade no século XVIII e XIX objetivava a segurança pública e defesa externa em caso de ataque inimigo. De acordo com o autor, com o crescimento da democracia, o Estado vem sofrendo mudanças nas atribuições de sua responsabilidade, passando a promover em suas heterogêneas funções, o bem-estar da sociedade, e para que o Estado supra as necessidades da população é necessário promover ações em áreas distintas como: educação, saúde, meio ambiente, entre outros, por meio das Políticas Públicas (PP). Conforme assinalado na Introdução do presente estudo, Caldas (2008, p. 5) nos diz que “Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público”.

Ainda segundo Caldas (2008, p. 7) Políticas Públicas são os resultados da competição de diversos grupos da sociedade, que buscam defender seus interesses. Diversos autores conceituam essas políticas, mas não há uma conformidade entre eles. Para Secchi (2012, p. 2) para se criar políticas públicas é necessário entender os problemas como coletivamente relevantes, e promover a solução dos mesmos.

As políticas públicas apresentam diversas abordagens. Para Souza (2006, p. 25), “[...] as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes [...]”.

Na visão global de Souza (2006) política pública é:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26).

Segundo Secchi (2012, p. 2), “Qualquer definição de política pública é arbitrária”. Na literatura especializada não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública [...].

Souza (2006, p. 20) destaca três fatores que contribuem para uma melhor visibilidade de Políticas Públicas: o primeiro fator foi à utilização da política restritiva de gastos, para países em desenvolvimento; segundo, substituição das políticas keynesianas por políticas restritivas de gastos, que resultou em adoção de orçamento para equilibrar as receitas e despesas, limitando a intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais; o terceiro fator direcionado aos países emergentes, recém-democráticos que tem dificuldade em formalizar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

Os autores acima citados trazem a ideia de que, políticas públicas é o conjunto das ações do governo em prol do bem estar da sociedade, dentro de um contexto democrático, e que há uma disparidade para cada tipo de atuação. Souza (2006, p.7) destaca a tipologia de políticas públicas de Lowi (1964/ 1972) onde são apontadas diferentes tipos de Políticas Públicas: Políticas Distributivas, que desconsideram recursos limitados e geram impactos individuais, atingem maior número de pessoas; Políticas Regulatórias; são mais visíveis, com forte presença de grupos de interesses; Políticas Redistributivas atingem maior número de pessoas e impõe perdas concretas para certos grupos e ganhos incertos e futuro para outros, envolvendo diretamente valores, interesses e ideologias; Políticas Constitutivas lidam com procedimentos.

De acordo Caldas (2008, p. 8), para que seja formulada uma Política Pública, existe a participação dos grupos que integram o Sistema Político, denominados de Atores, podendo ser os ‘estatais’ (oriundos do Governo ou do Estado) e os ‘privados’ (oriundos da Sociedade Civil), são eles que expõem as reivindicações ou realizam as ações para transforma-las em Política Pública. Ainda, segundo Caldas (2008, p.10), as Políticas Públicas possuem diversas fases para formulação dos processos, chamado Ciclo das Políticas Públicas, que será representado através do diagrama abaixo.

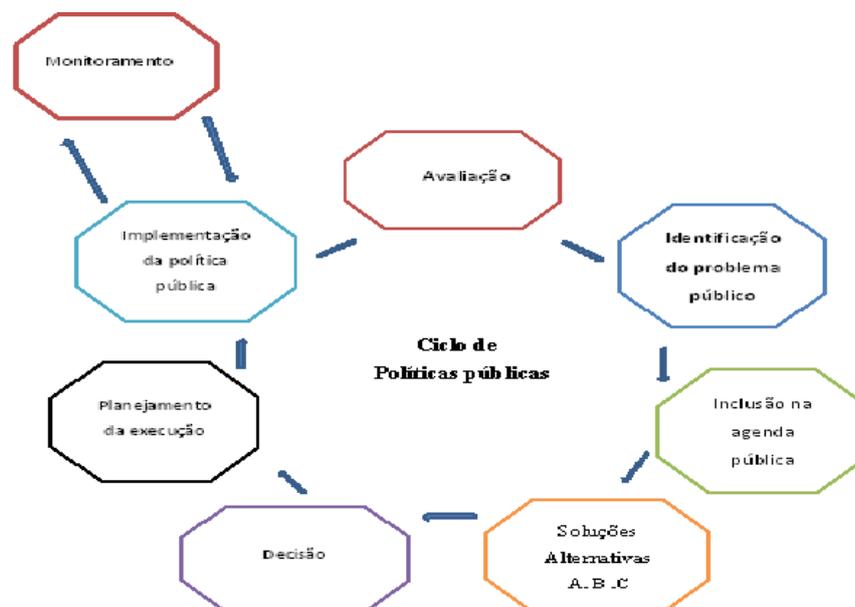


Figura 1 – Ciclo das Políticas Públicas.

Fonte: Caldas 2008. Elaboração própria.

Para que um determinado acontecimento se transforme em problema, é preciso que as pessoas se convençam de que alguma ação precisa ser feita, assim, as arenas sociais analisam a Política Pública como uma iniciativa de empreendedores políticos (SOUZA, 2006, p. 32). Neste contexto, em 2003, representantes de grupos sociais se encontraram no II Fórum Social Mundial, no qual foi formado o Grupo de Trabalho Nacional de Economia Solidária (GT de Economia Solidária), responsáveis pela reivindicação de um espaço institucional para economia solidária na estrutura de governo (SILVA; NAGEM, 2011, p. 18).

### 3.2 Economia Solidária no Contexto de Políticas Públicas

Conforme Silva (2010, p. 10) as iniciativas dos movimentos sociais do campo e da cidade na década de 90 fomentaram a economia solidária no Brasil, com a criação de oportunidade de trabalho associado, gerando emprego e renda para milhares de pessoas em situação de exclusão social. Essas iniciativas ganharam espaço político e passou a contar com investimentos públicos estaduais e municipais. No final da década de 90, surge um movimento organizado para obtenção de reconhecimento e força para a economia solidária, ações que resultaram na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Em 2003 os movimentos em prol da economia solidária como política e estratégia de desenvolvimento, com o apoio governamental, criou um espaço em âmbito nacional para uma Política Pública, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Ministério do Trabalho e Emprego. Conseqüentemente diversos órgãos do governo federal aderiram como ação as estratégia da economia solidária, multiplicando as políticas estaduais e municipais de cunho solidário.

A partir de 2003, com a criação do FBES e SENAES, a economia solidária começou a se afirmar e surge o Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES). Essa iniciativa, pioneira no Brasil e no mundo, foi criada com a finalidade de identificar e caracterizar os EES e entidades afins, com o compromisso de realizar um mapeamento da Economia Solidária no Brasil, objetivando propiciar uma maior visibilidade e articulação entre os mesmos, além de subsidiar a formulação dos processos de Políticas Públicas para a Economia Solidária. (SIES 2009, p. 2)

O último mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), realizado pelo SIES, ocorreu no período entre o final de 2009 e início de 2013, e identificou 19.708 empreendimentos, sendo 11.869 (60,2%) novos e 7.839 (39,8%) já existentes antes do início do mapeamento. Com relação às formas de organização, foram mapeados 11.823 associações, 1.740 cooperativas, 6.018 grupos informais e 127 sociedades mercantis, sendo que, a Região do Nordeste possui uma maior concentração dos EES com um total de 8.040 (40,8%) (ATLAS DIGITAL/SIES 2014).

Segundo o SIES (2009, p. 3), esses conjuntos de empreendimentos formam a Economia Solidária, a qual é definida pelo site como: “Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito –

organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva, cooperada e autogestionária”.

Silva (2010, p. 11) discorre que, a economia solidária mesmo conquistando apoio e espaço político, é marcada por grandes desafios no ambiente institucional o qual pertence, e que os empreendimentos enfrentam barreiras econômicas e políticas que dificultam o crescimento de suas potencialidades.

Conforme Silva (2010)

Eles dependem fundamentalmente de um ambiente institucional favorável que facilite o processo de reconhecimento (formalização) e de funcionamento (desburocratização), considerando, entre outros aspectos, o adequado tratamento tributário, o tratamento diferenciado nas relações comerciais, a garantia de acesso aos investimentos públicos e à seguridade social como direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que optam pelo trabalho associado (SILVA, 2010 p. 11).

Segundo Singer (2014, p. 90), em 2003 o presidente Lula em seu programa de governo, criou a SENAES dentro de um conjunto amplo de intensão de retomada do crescimento econômico brasileiro, o que ocasionou a expansão da economia solidária nacionalmente. Segundo o autor, a recessão da economia praticamente findou em 2004: “Se a expansão da economia solidária havia sido causada pela persistência da crise econômica, de 2004 em diante o desenvolvimento econômico se acelerou e o desemprego diminuiu fortemente” (SINGER 2014, p. 91). Corroborando com o autor, a Economia Solidária em 2004 passa a ser autora coadjuvante na reintegração do crescimento econômico brasileiro, na promoção da inclusão social com a geração de emprego e renda, de forma coletiva, solidária e autogestionária.

A partir de 2004 a economia solidária ganha apoio governamental com autos e baixos no modo crescendo e se fortalecendo, mais não criou bases sustentáveis para enfrentar as mudanças políticas de 2016, período em que retrocede as conquistas da economia solidária. O que se percebe é um panorama de enfraquecimento da Economia Solidária com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, (para muitos existe a configuração de um golpe), em consequência á saída do então considerado “o pai da Economia Solidária” Paul Singer, que exercia o cargo de secretário da Economia Solidária, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), hoje rebaixada a uma categoria de subsecretaria pelo atual presidente Temer, praticamente extinta.

Apesar das reviravoltas, é preciso preservar a Economia Solidária enquanto política, para desenvolver setores que possam construir uma sociedade mais igualitária e de permanentes direito, sendo o Estado condutor dessas iniciativas. De acordo com Praxedes

(2009, p. 57). “Compreender a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento solidário pressupõe concebê-la com instrumentos e ferramentas instituídos como direitos perenes dos trabalhadores e trabalhadoras e dever de um Estado republicano e democrático”. Neste contexto o Estado da Bahia conjectura compreender a necessidade de promover ações que fortaleça a Economia Solidária, portanto devendo ser contemplada com políticas públicas.

### **3.3 Políticas Públicas para Economia Solidária na Bahia- CESOL**

Como política de desenvolvimento para a Economia Solidária (ES), em 2012, a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), juntamente com a Superintendência de Economia Solidária (SESOL), implantam os Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) no estado da Bahia, regulada com base na Lei Nº 8.647/2003, que, “Dispõe Sobre o Programa Estadual de Organizações Sociais e dá outras providências”.

Segundo Praxedes (2009, p. 59), “[...] trata-se de importante ferramenta da economia solidária, uma vez que esta deve estar voltada para a elaboração de estratégias de fortalecimento da organização socioeconômica local”. Essa Política Pública vem procurando fortalecer os empreendimentos da Economia Solidária no estado da Bahia, através dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL). Esses centros são iniciativas que fomentam e dão assistência técnica a empreendimentos econômicos solidários, formais e informais, a fim de oportunizar o empreendimento como alternativa de geração de renda.

Como afirma Vasconcelos, Oliveira, et al. (2015, p. 3), os centros CESOL foram criados como espaço de função múltiplas, em prol da sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, mediante a assistência técnica socioproductiva onde tende a abranger todo o território, valorando o conhecimento local, os potenciais e a capacidade de organização dos trabalhadores, numa perspectiva emancipatória.

”[...] o primeiro chamamento público para contratação de Organizações Sociais, o Edital 009/2012, efetivou 08 (oito) Contratos de Gestão dos 09 (nove) lotes licitados, dando cobertura de atendimentos na Região Metropolitana de Salvador, com 03 (três) CESOL, e outros 05 (cinco) Territórios de Identidade, sendo eles: Sertão Produtivo; Sertão do São Francisco; Litoral Sul; Bacia de Jacuípe e Recôncavo [...]”. (VASCONCELOS et al., 2015, p.4).

Para melhor esclarecimento da constituição dos territórios, cabe ilustrar com a tabela 1, extraída da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), na qual estão discriminados os territórios e seus municípios constituintes.

Tabela 1- Territórios de Identidade do Estado da Bahia contemplados no edital

TERRITÓRIOS	MUNICÍPIOS
5- Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Marau, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçua.
10-Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá
13- Sertão Produtivo	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antonio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi.
15- Bacia do Jacuípe	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço.
21 - Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.
26- Metropolitano de Salvador	1 – Região Metropolitana de Salvador 1 (Camaçari, Candeias, Dias D’Avila, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Simões Filho). 2 – Região Metropolitana de Salvador 2 (Regiões Administrativas de Itapagipe, Liberdade, São Caetano, Subúrbio Ferroviário, Ilhas). 3 – Região Metropolitana de Salvador 3 (Regiões Administrativas de Centro, Barra, Rio Vermelho, Brotas, Pituba, Boca do Rio, Itapoan, Municípios de Itaparica, Vera Cruz). 4 - Região Metropolitana de Salvador 4 (Regiões Administrativas de Cajazeiras, Valeria, Pau da Lima, Tancredo Neves e Cabula).

Fonte: SEPLAN, 2013.

Território de Identidade pode ser definido como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial” (SEPLAN- BA).

O CESOL tem oito centros de extensão territorial em funcionamento e utiliza como organização institucional o Contrato de Gestão, formulado pela Organização Social

mantenedora do projeto. A política pública CESOL no território do Recôncavo tem como entidade gestora a Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER), aprovada pelo edital 009/2012, da SETRE. A CEDITER é uma organização social que atua há mais de 30 anos na Bahia, e luta pelos direitos da terra, defende a educação do campo, e fortalecimento dos empreendimentos solidários. Tem como missão, promover melhores condições de vida ao produtor familiar, capacitando-os na gestão dos Empreendimentos Solidários e Sustentáveis (ESS) no estado da Bahia, tem como público alvo, Sindicato dos trabalhadores Rurais (STRs), Cooperativas, Associações Comunitárias, grupo de jovens e mulheres, Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAFS), entre outros (CEDITER/ CESOL Recôncavo, 2015, p. 7).

O meio rural passa por diversas transformações a partir da implementação das políticas públicas e um dos setores abrangidos pela Política Pública da Economia Solidária na Bahia via o CESOL é a agricultura familiar, que vem ganhando espaço no mercado através de assistência técnica, na promoção da comercialização e inserção dos produtos artesanais e produtos advindos da agricultura familiar, seja *in natura* ou processados.

### **3.4 Agricultura Familiar e Políticas Públicas**

#### **3.4.1 A Agricultura Familiar**

As mudanças na agricultura familiar, como em todos os setores sociais, começam a surgir a partir das lutas e resistências enfrentadas pelo homem do campo, pelo trabalho coletivo e pela implantação de políticas públicas.

Segundo Schneider (2003, p. 99) “[...] a emergência da expressão “agricultura familiar” surgiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990”. Expressão essa usada pelos movimentos sociais do campo, conduzido pelo sindicalismo rural ligado a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Segundo Sauer (2008, p. 20), a agricultura familiar começou a se consolidar a partir de 1995, quando os sindicalistas começam a reivindicar direitos trabalhistas, terras e políticas agrícolas, através do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), com a coordenação da CONTAG, que coloca em destaque a reforma agrária. Em resposta a essas lutas, cria-se o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF) para fomentar a agricultura familiar.

Grisa e Schneider (2015, P. 20) afirmam que: “Historicamente a agricultura familiar ou os “os pequenos agricultores” – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro [...]”. Nos dias atuais os agricultores da agricultura familiar, procuram expandir sua produção na busca de geração de renda, e não apenas produzir para o seu próprio sustento. É necessário compreender as mudanças que vem acontecendo no meio rural, nas quais os agricultores buscam viés de comercialização, pleiteando a inserção cada vez maior no mercado.

Sauer (2008) faz a seguinte síntese:

A adoção do termo agricultura familiar visava, principalmente, romper com noções relacionadas a certos setores rurais como a pequena produção (ou mesmo com a noção de produção camponesa), especialmente porque carregava pré-noções de ineficiência, baixa produtividade e não inserção no mercado (produção apenas para o autoconsumo ou de subsistência). (SAUER 2008, p.20)

Segundo dados do IBGE (2006), 70% dos alimentos que chegam na mesa dos brasileiros são da agricultura familiar, sendo responsável pelo desenvolvimento de diversos estados. Segundo Alves et al. (2011, p. 69), “[...] desde seu surgimento até os dias atuais a agricultura familiar não ganhou prioridade pelas políticas públicas de desenvolvimento rural estando sempre à margem da agricultura patronal ou do chamado agronegócio”. Portanto, podemos dizer que a agricultura familiar ainda tem um longo caminho a percorrer para obter suas conquistas. Conforme o autor, o pequeno agricultor tende a vender sua mão de obra para os donos de grandes propriedades ou empresas agrícolas, também chamadas de agronegócios, em conformidade com salários desiguais. Este cenário vem mudando com a implantação das políticas públicas para os agricultores familiares, com trabalhos organizados coletivamente através do cooperativismo ou associativismo (ALVES, 2011, p. 69).

A partir de 1995, há um início de fortalecimento da agricultura familiar através da implementação não só do CESOL, mas de outras políticas públicas, tais como: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) 1995, Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) 2003, Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) 2004, Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) 2006, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) 2003, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) 1995, Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) 2003, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) 2009, entre outros (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p.15). Em 2012 criam-se os Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL), que presta assistência técnica especializada para a agricultura familiar que trabalhem de forma coletiva.

A agricultura familiar é definida pela Lei 11.326/2006, sancionada pelo marco legal que delimita o que é um agricultor familiar, Lei sancionada pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Conforme a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (LEI 11.326 DE 24 DE JULHO DE 2006).

Em maio de 2017, o presidente Michel Temer assinou o Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017 regulamentando a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar). Tornando em definido o público beneficiário da política nacional da agricultura familiar, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que facilita a identificação dos agricultores familiares no acesso as políticas públicas da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead). O decreto prevê a Identificação dos Empreendimentos Familiares Rurais, identificando “empresas familiares rurais”, “cooperativa singular da agricultura familiar”, “cooperativa central da agricultura familiar” e “associação da agricultura familiar”. Empreendimentos estes não explicitados na Lei 11.326/2006 (MDA, 2017).

Para que a agricultura familiar seja contemplada com políticas públicas, se faz necessário à união dos produtores rurais em associações ou grupos que trabalhem coletivamente para o bem estar de todos. “[...] o associativismo se apresenta como uma forma de organização dos agricultores familiares para melhor garantir seus direitos, enfrentando grandes desafios, porém com grandes potencialidades” (ALVES et al. 2011, p. 68).

“Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos” (ART.53. LEI Nº 10.406/2002).

As associações se apresentam como uma opção facilitada de cooperar independente de volume de membros, necessitando apenas atentar ao Código Civil, que embora não exista um número mínimo de pessoas para a constituição legal das associações, as mesmas devem funcionar com uma diretoria formada por quatro ou mais associados, de acordo com o estatuto de cada associação (LEI Nº 10.406/2002). (ROCHA et al. 2018 p. 11).

Adotando um viés crítico, Alves et al. (2011 p. 69) salienta que: faz-se necessário a

compreensão do modo de vida camponês para a implementação de políticas públicas por parte do Estado, passando a considera o pequeno agricultor como agente do desenvolvimento e crescimento econômico. Conforme o autor:

Esta não aceitação tem levado o Estado a estruturar e implementar ações como bolsa família e a construção de cisternas no nordeste - e não sistemas “modernos” de irrigação e de comercialização subsidiados como o faz com os grandes empreendimentos agrícolas de produção para exportação, de forma a manter a agricultura familiar no campo, pois não há como absorver esta mão de obra nos centros urbanos, neste momento. (ALVES et al. 2011, p. 69).

A criação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável e emancipatório, para o meio rural, tende a ser considerada como imediatista, devendo o Estado em sua forma de atuação, promover políticas de inclusão social entre o rural e o urbano, na tentativa de construir uma sociedade mais justa e igualitária, na criação de oportunidades para que o agricultor familiar tenha mais acesso ao mercado, seja como: empreendimento coletivo, grupo formais ou informais, entre outros.

Segundo Rocha et al. (2018, p. 12) “O produtor rural no anseio ou pela necessidade de aumentar a renda familiar, encontra formas de explorar seus conhecimentos intrínsecos e aptidões e/ou adquiri-las, para se inserir na oportunidade aberta no mercado”. Como afirma o autor, há uma necessidade de ampliar os conhecimentos e buscar capacitação em gestão para dar continuidade ao empreendimento. Para o autor “empreender demanda muito mais do que saber fazer”.

### **3.4.2 Política Pública envolvendo a Agricultura Familiar- CESOL Recôncavo**

O Centro Público de Economia Solidária do Território do Recôncavo – CESOL Recôncavo, fundado em 12 de dezembro de 2013, no *campus* de Cruz das Almas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), faz parte da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) do Governo do Estado da Bahia, Programa Vida Melhor. O CESOL Recôncavo configura-se como uma política de inclusão sócia produtiva, que tem como gestora a Comissão Ecumênica do Direito da Terra (CEDITER), responsável pela Incubadora Territorial, vinculada com o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Recôncavo da Bahia (CODES Recôncavo da Bahia) e com a Incubadora Universitária INCUBA/UFRB.

O CESOL Recôncavo implantou o Espaço Solidário do Recôncavo na cidade de Cruz das Almas- BA, no Ano de 2017 com parceria com o Governo do Estado e com a Prefeitura Municipal através da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETRAS), com o intuito

de dar visibilidade e fomento aos empreendimentos da economia solidária do Território do Recôncavo. O Espaço é uma vitrine para os produtos da economia solidária, além de ser um local de comercialização, de encontros e de troca de saberes para os EES. O Espaço assiste 21 empreendimentos formais e informais, autogestionário e solidário, voltados para o Artesanato de Identidade, Agricultura Familiar e Gastronomia Regional com produção coletiva e busca estratégias para o desenvolvimento e fortalecimento dos empreendimentos solidários e populares dentro do contexto territorial, proporcionando a inserção dos agricultores e artesãos, entre outros, na comercialização de seus produtos nas redes de comércio justo e solidário, fomentando os empreendimentos solidários.

Seguindo a ideia inicial deste estudo, que é de analisar as formas funcionais do CESOL Recôncavo quanto à participação e comercialização dos empreendimentos solidários que fazem parte do Espaço Solidário do Recôncavo, no próximo tópico vamos discutir os dados que constituem a ação do CESOL Recôncavo, no Espaço Solidário, para subsidiar nossas conclusões.

O Espaço Solidário do Recôncavo como já foi dito, está situado no Centro de Cruz das Almas, a 240 km de Salvador, capital do estado da Bahia, às margens da Rodovia BR 101, na Praça Senador Temístocles, nº 520. Onde funciona a casa de formação do CESOL, como também um espaço de comercialização e vitrine para os produtos da economia solidária. O CESOL atende 21 empreendimentos provenientes de 19 municípios que compõem o território com o objetivo de prestar assistência técnica e acompanhamento a empreendimentos de cunho solidário e popular, tendo como serviços e atividades: Diagnóstico e análise do contexto socioproductiva local/territorial; Oficinas Temáticas (Sensibilização); Assistência técnica gerencial; Prover acesso a ativos produtivos; Assistência técnica socioproductiva; Assistência técnica específica; Orientação de acesso ao crédito; Assistência técnica em comercialização; Monitoramento da Assistência Socioproductiva; Estudo de Viabilidade Econômica – EVE. O mesmo desenvolvido coletivamente entre todos os envolvidos no empreendimento. Ou seja:

Não se trata de um trabalho tecnocrático, realizado por especialistas externos ao grupo, mas de um processo de construção coletiva de conhecimentos, no qual os integrantes dos grupos e assessores descobrem juntos as condições necessárias à sustentabilidade do empreendimento (BAHIA, 2011, p.19).

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS

Para cumprir os objetivos específicos do estudo foram entrevistados 2 (dois) técnicos os quais denominamos técnico1 e técnico 2 e 10 empreendimentos ou grupos sendo, 2 a 3 pessoas, totalizando 26 sócios entrevistados. Os dados obtidos da presente pesquisa apresentaram a sistematização a seguir:

Segundo uma das entrevistadas a Técnica 2, o Espaço Solidário tinha uma casa de formação na cidade de Cachoeira, onde funcionava uma vitrine para comercialização dos EES. Como estava se findando o repasse da organização social CEDITER mantedora do projeto CESOL, a equipe técnica do CESOL começou a procurar parcerias para manter o projeto, e como não obtiveram sucesso em Cachoeira, procurou parceiros em outras localidades vizinhas. A prefeitura de Cruz das Almas fez a melhor proposta, disponibilizando recursos através de parcerias com o Governo do Estado por meio da SETRE do Estado da Bahia, e por meio da Secretaria do Trabalho, Renda e Assistência Social (SETRAS) do Município, na qual o aluguel do Espaço e outros aportes vêm sendo custeados. Ação essa que vem disponibilizando recursos há 1 ano e 3 meses.

Em geral, os técnicos entrevistados disseram que o CESOL Recôncavo até o momento não recebeu os repasses do último edital realizado em junho de 2018, o qual foi aprovado e toda a equipe técnica permanece trabalhando no Espaço Solidário como voluntários: A Técnica 1 assinalou que: “Eu vejo a política pública assim, ela alavanca mas não tem a sustentabilidade de manter”.

No Espaço atualmente predomina a comercialização do artesanato, sendo que os produtos da agricultura familiar somente 2 (dois) grupos expõem os seus produtos para comercialização no Espaço.

De acordo com os técnicos, para que os empreendimentos sejam beneficiados pelo projeto CESOL é necessário constituir grupos empreendedores, que fazem parte do território do Recôncavo, formais e informais com produção coletiva, tanto rural como urbano. Todavia, há grupos ou empreendimentos que fazem produção individual que também são aceitas pelo projeto CESOL Recôncavo. Como afirma uma das técnicas entrevistada:

A ideia que agente procura fortalecer é que o grupo trabalhe com a produção coletiva [...] não é que não tenha grupos que tenha uma produção mista, que cada um tenha um tipo de produto, agente tem grupos assim também, mais agente busca fortalecer essa unidade coletiva [...] a ideia e pensar em agregar as técnicas que cada um desenvolve naquele grupo para a produção coletiva, pensando na identidade do grupo, recortes culturais... como o projeto é uma política pública ele não pode dar acessória a uma pessoa individual, porque ai você sai do processo coletivo e vai para o micro empreendedor individual. (ENTREVISTADA TÉCNICA 2).

Quanto a formalidade dos 10 empreendimentos pesquisados, 5 deles (ou seja 50%) não constituíram a formalidade devido a dificuldade de obterem a documentação necessária, seja pela parte burocrática, seja pela falta de subsídios.

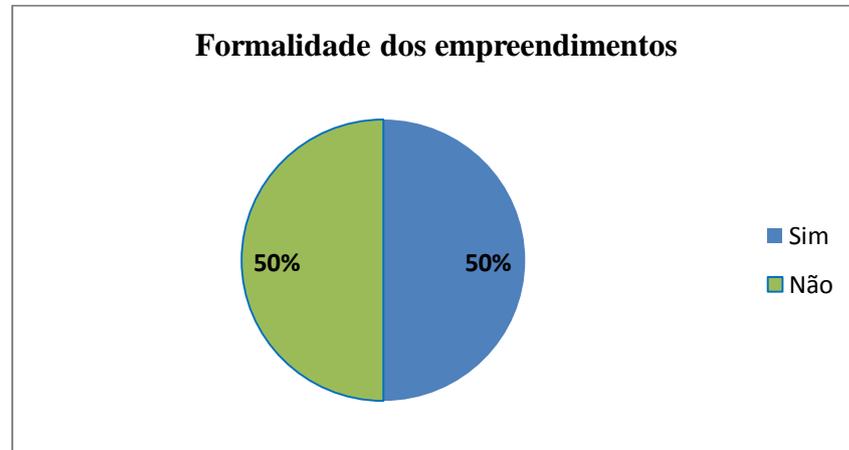


Gráfico 1- Formalidades dos empreendimentos  
Elaboração própria

Em termos de categoria desses empreendimentos, têm-se que 80% são de associações e 20% de outros grupos. Das 8 associações pesquisadas apenas 5 possuem documentação legal ou estão encaminhando o registro. Contudo, “Os associados formam grupos (*subgrupos*) dentro da própria associação para criar sua produção coletiva, dentro de cada especificidade, podendo ter dois ou mais grupos com acesso ao projeto CESOL” (Entrevistada Técnica 2).

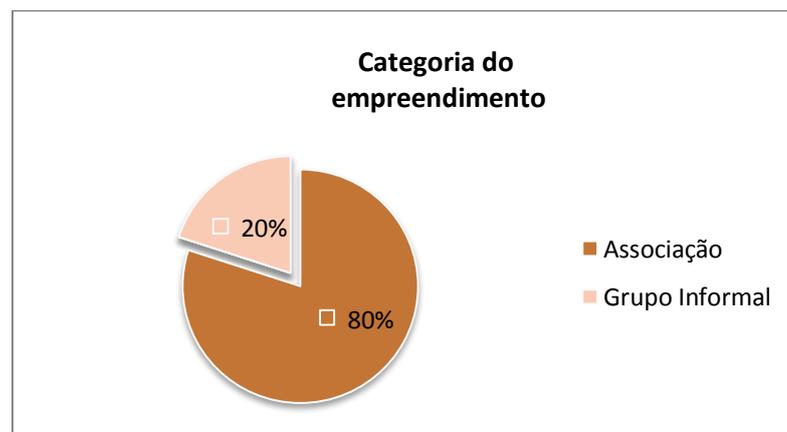


Gráfico 2- Categoria do empreendimento  
Elaboração própria

Dos 10 empreendimentos que fizeram parte do estudo, foram identificados 98 associados, sendo 91 mulheres e 7 homens. Segundo uma das associadas, os homens não se sentem a vontade participando de grupos onde o empoderamento é das mulheres.

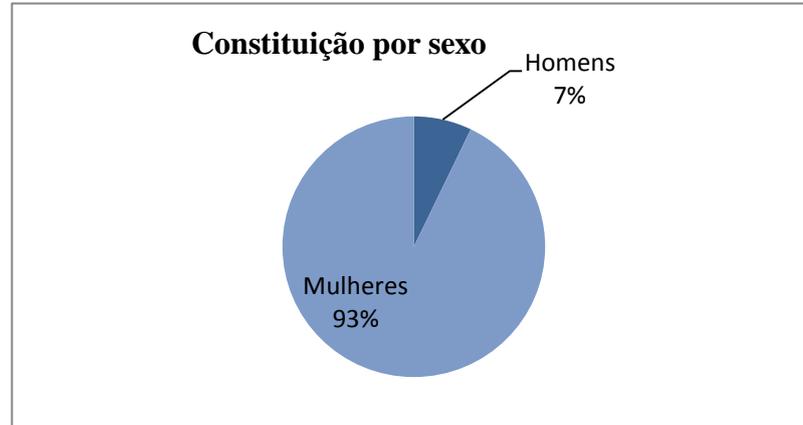


Gráfico 3- Constituição por sexo  
Fonte: Elaboração própria

Quanto à exigência para participação nas associações ou grupos, 70% dos empreendimentos não exige taxa de adesão e 30% possui taxa de adesão entre R\$ 3,00 e R\$ 50,00, que são utilizados para custear despesas da sede ou com os próprios associados como: viagens, transportes, alimentação.

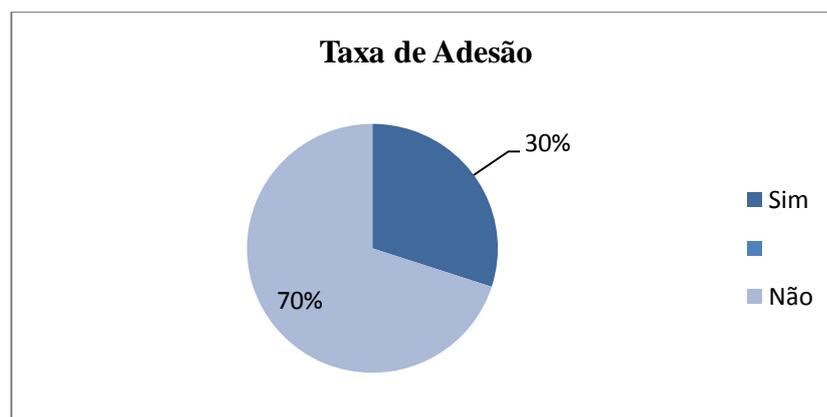


Gráfico 4 – Taxa de adesão  
Fonte: Elaboração própria

A taxa mensal é cobrada por 4 dos empreendimentos entrevistados, entre R\$ 3,00 e R\$ 10,00 e, 6 dos EES não cobram nada dos associados. Segundo uma das associadas, a cobrança torna-se difícil pelo fato de serem agricultores e a renda ser mínima, o que acaba pesando no orçamento doméstico.

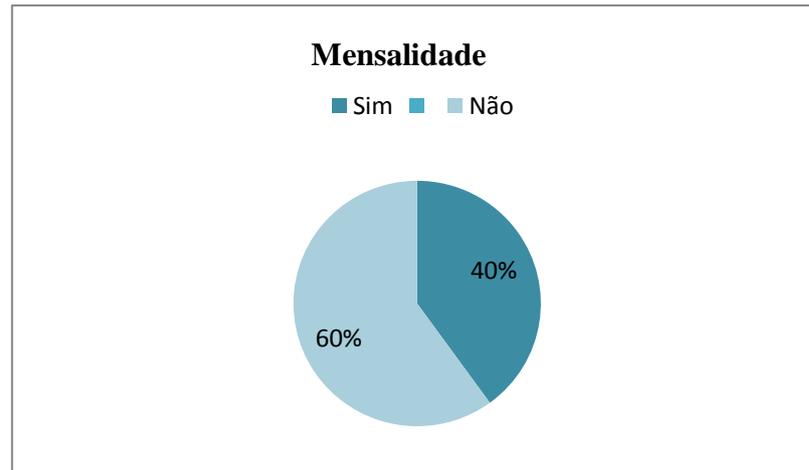


Gráfico 5 – Taxa mensal  
Fonte: Elaboração própria

Quanto à participação nas atividades ligadas ao CESOL, 10% dos empreendimentos consideram a participação dos associados muito baixa e para 10% a participação é baixa. Sobre essas respostas explanaram que alguns dos sócios participam do grupo, mas não tem o compromisso com o Espaço, o que acaba sobre carregando os demais. Para 2 dos empreendimentos (20%), responderam que a participação é razoável, 40% dos empreendimentos considera a participação boa e outros 20% consideram excelente, no último caso, todos trabalham por igual.

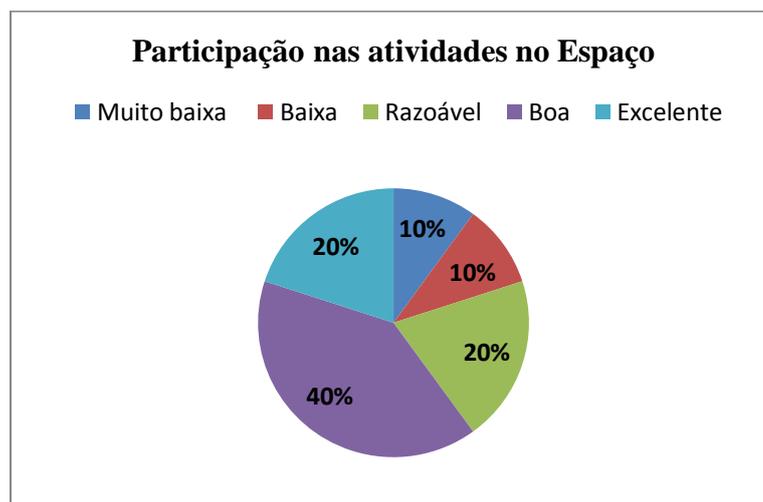


Gráfico 6 – Participação nas atividades relacionadas ao Espaço Solidário  
Fonte: Elaboração própria

Quanto à 7ª questão, que tratava de como foi que o empreendimento entrou no programa do CESOL, a quase totalidade, 90% dos empreendimentos respondeu que houve

uma reunião antes com os associados para decidir. Apenas 10% respondeu que foi decidido pela liderança participar do projeto, e depois houve a comunicação para o grupo.

Com relação ao conhecimento da existência do Espaço Solidário para os empreendimentos, 70% dos pesquisados respondeu que o CESOL foi o maior responsável pela divulgação do Espaço Solidário, 20% ficou sabendo através de outros empreendimentos ou pessoas e 10% responderam outros.

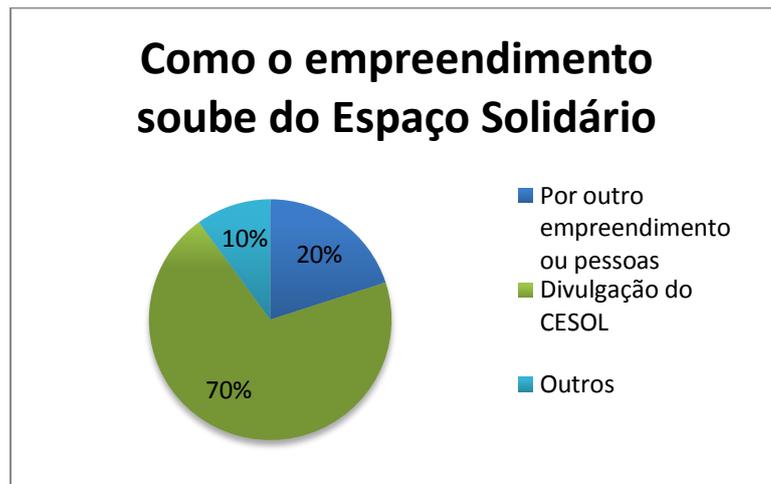
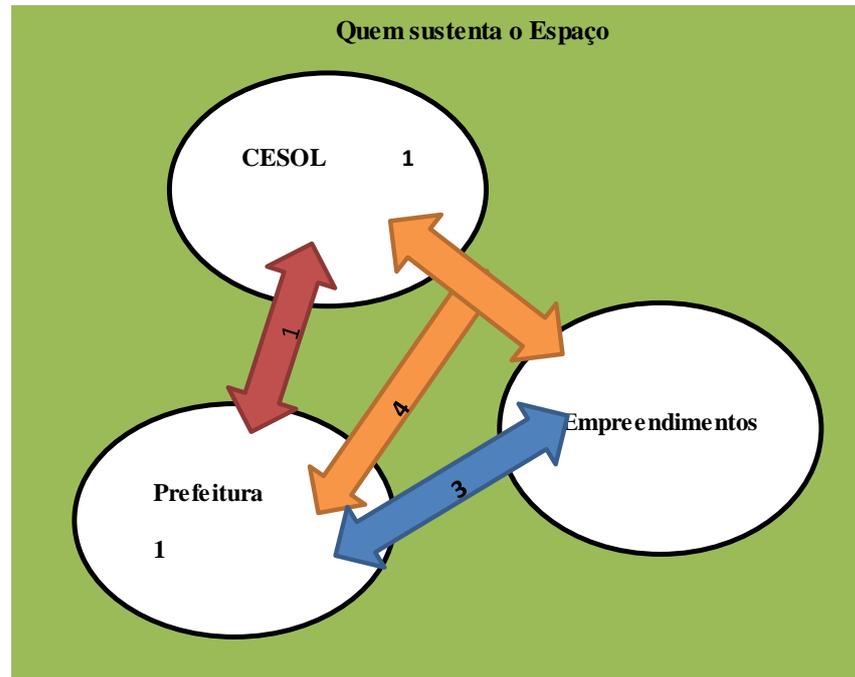


Gráfico 7- Como o empreendimento soube do Espaço Solidário  
Fonte: Elaboração própria

Com relação ao sustento do Espaço Solidário há uma divergência de informações por parte dos empreendimentos, no qual 4 dos empreendimentos pesquisados responderam que é de responsabilidade do CESOL, Prefeitura e Empreendimentos. 3 disseram que é a Prefeitura e Empreendimentos, 1 empreendimento respondeu que o sustento do Espaço é de responsabilidade do CESOL, um outro afirma que é a Prefeitura e 1 empreendimento afirma que o sustento é do CESOL e Prefeitura.

Contudo, os técnicos que fazem parte da equipe de acompanhamento dos empreendimentos afirmam que, o Espaço Solidário do Recôncavo é custeado através de subsídios gerados pelo projeto CESOL, pela Prefeitura Municipal de Cruz das Almas, através da Secretaria de Agricultura e da Secretaria de Assistência Social, que custeia o aluguel do Espaço, água, luz, além de fornecer água mineral, e pelas vendas dos produtos dos empreendimentos, que disponibilizam 30% do valor acrescido no valor final do produto para as despesas de manutenção do Espaço.

Figura 2 – Quem sustenta o Espaço



Elaboração própria

Com relação aos 30% acrescido no preço dos produtos para a venda (10ª questão), de acordo com os empreendimentos 80% respondeu que foi de comum acordo entre CESOL e Empreendimentos, e 20% respondeu que foi uma condição dita como regra para poder participar do Espaço. Vale ressaltar que há um descontentamento por parte de alguns associados com relação ao acréscimo, onde alguns acreditam que: “Acaba encarecendo a mercadoria e o produto fica sem vender” (entrevistado do empreendimento 3).

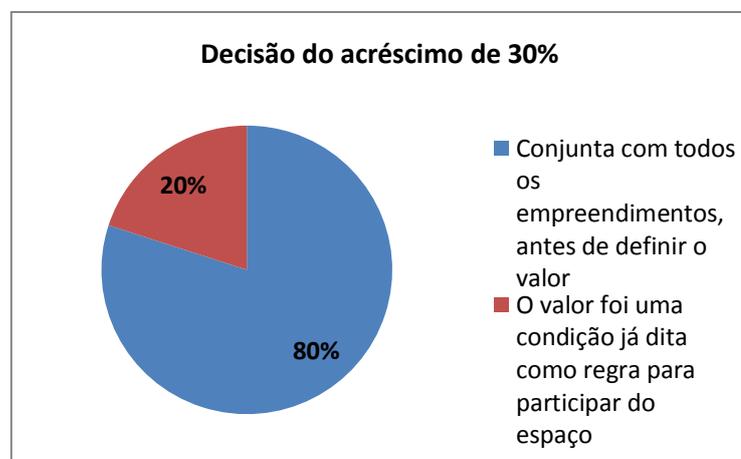


Gráfico 8 – De quem foi a decisão do acréscimo de 30%  
Fonte: Elaboração própria

De acordo com os entrevistados foi acordado em reunião entre o CESOL e os empreendimentos que, além dos técnicos permanecerem no Espaço, os empreendimentos assistidos teriam que ser responsáveis pela abertura e fechamento do Espaço, obedecendo a uma escala por dia da semana para cada grupo, exceto as sextas-feiras que fica a critério de quem tiver disponibilidade ou fica fechado. Apesar do CESOL dar assistência a 21 EES, nem todos participam da escala, devido a alguns grupos pertencerem a localidades mais distantes, e apenas 9 grupos se revezam para tomar conta do local. Quando perguntado de quem foi a ideia da escala, há uma discordância no que se refere a questão enunciada, o qual 60% dos grupos entrevistados respondem que foi acordado entre CESOL e EES, 30% responderam que a decisão foi dos empreendimentos e 10%, ou seja, 1 empreendimento respondeu que a ideia foi do CESOL.

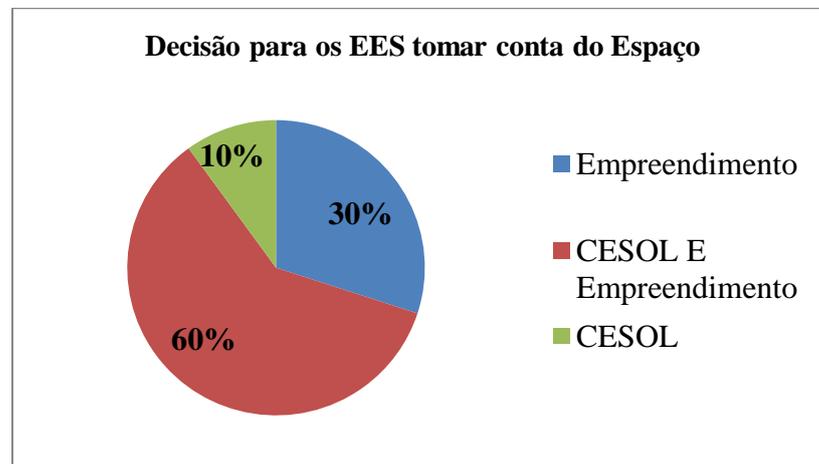


Gráfico 9 – De quem foi a decisão para os EES tomar conta do Espaço  
Elaboração própria.

Com relação às exigências para se colocar mercadorias a venda, demandadas pela equipe técnica do CESOL, 70% dos empreendimentos respondeu que há uma simples vistoria por parte do CESOL, 20% dos entrevistados diz que a mercadoria necessita do selo de qualidade (Etiqueta CESOL) e 10% diz que não há exigências para colocar o produto a venda.

Quando feito o questionamento com relação à divulgação do Espaço Solidário, dos 10 empreendimento entrevistados, 8 responderam que não há divulgação, os clientes entram espontaneamente, e o que funciona é o boca a boca; 2 dos entrevistados responderam que há distribuição de panfletos esporadicamente.

Em referência ao envio de representantes dos EES para outros espaços de vendas (exposições, feiras, encontros e outros), 40% dos entrevistados respondeu que foram enviados mais de 5 vezes, 20% participaram de outros espaços de vendas 5 vezes, 30% responderam

que estiveram em outros espaços 4 vezes e 10% dos entrevistados foram a outros espaços de vendas 2 vezes.

Segundo a técnica 1, a falta de verbas não permite o envio de todos os empreendimentos para participarem de outros espaços de vendas, por vezes vai alguém representando o CESOL com produtos de vários empreendimentos.

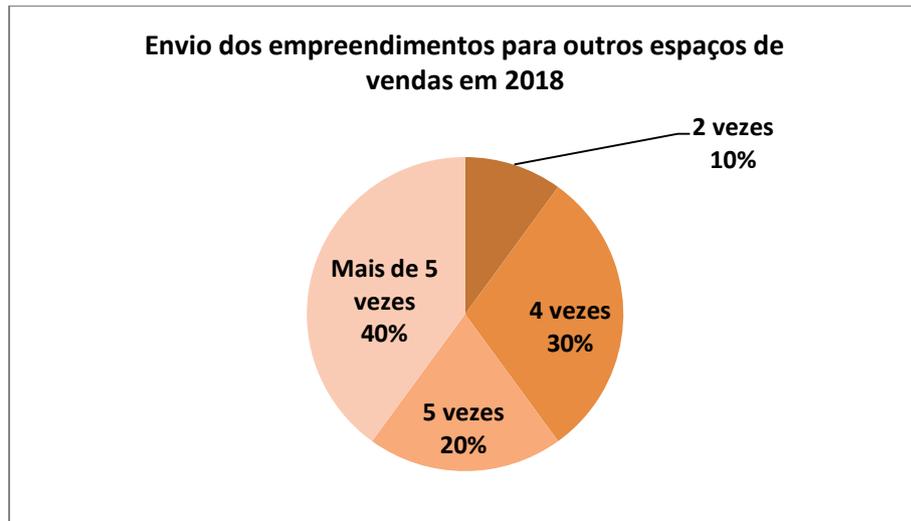


Gráfico 10- Envio dos empreendimentos para outros espaços de vendas em 2018 através do CESOL.  
Fonte: Elaboração própria

Com referência ao aumento de associados nos empreendimentos após a parceria com o CESOL, dos 10 entrevistados, 60% responderam que não houve adesão de novos sócios, e 40% responderam que houve entrada de novos sócios no empreendimento. Um dos empreendimentos relatou que no grupo já existe 7 associados e é suficiente para atender as demandas, mas vai fazer cursos para que as práticas usadas pelo grupo sejam passada de geração a geração. Outro grupo ressaltou que: “Há interesse de algumas pessoas para entrar no grupo, mais na hora de participar das atividades e ter responsabilidade ninguém aparece” (entrevistada do empreendimento 4).

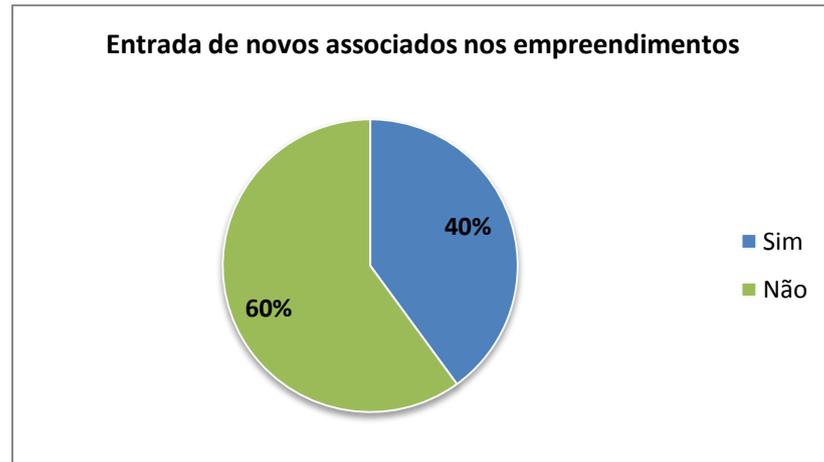


Gráfico 11 – Entrada de novos associados nos EES  
Fonte: Elaboração própria

Com relação ao aumento nas vendas após a parceria com o CESOL, dos 10 empreendimentos pesquisados, 3 responderam que houve um aumento nas vendas de 50%, 2 dos entrevistados afirmaram que as vendas aumentaram em 40%, 3 dos empreendimentos o aumento foi de 30%, 1 empreendimento respondeu que não houve aumento nas vendas e 1 dos empreendimentos afirmaram que houve um aumento de mais de 50% nas vendas.

Segundo um (a) dos entrevistados a parceria com o CESOL “aumentou muito a autoestima, e a vontade de trabalhar também, quando a gente vê os nossos produtos valorizados, fazemos com mais amor aí vende mais [...]” (Entrevistada do empreendimento 4).

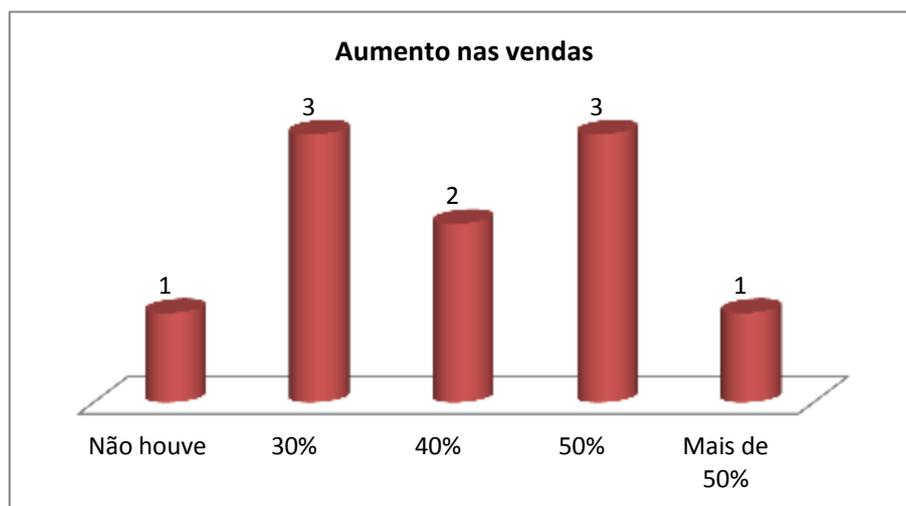


Gráfico 12 – Aumento nas vendas após parceria com o CESOL  
Fonte: Elaboração própria

Sobre a classificação dos preços após o Estudo de Viabilidade Econômica (EVE) feito pelos técnicos do CESOL, 70% dos empreendimentos classifica como Bom, 20% dos EES como Regular, 10% dos entrevistados classifica como Ótimo.

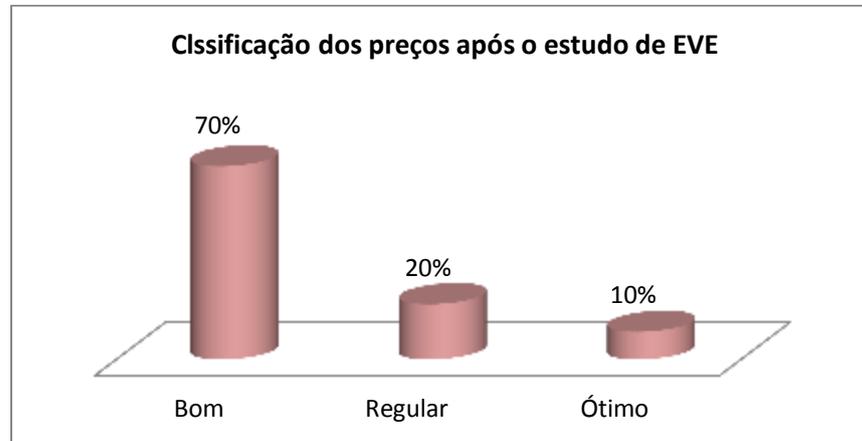


Gráfico 13 - Classificação dos preços após o EVE  
Fonte: Elaboração Própria

Com relação aos empreendimentos obterem incentivos de outras políticas públicas ou de algum outro órgão, 70% dos entrevistados respondeu que sim, e 30% só participam da política pública CESOL. Alguns dos empreendimentos explanaram que fazem parte ou já fizeram parte dos programas PAA, PNAE, Grupo Carrefour, além de receber ajuda da Prefeitura, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Ação Social através da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETRAS) do município de Cruz das Almas, entre outros.

Segundo 100% dos empreendimentos entrevistados, o CESOL não arrecada nenhum tipo de taxa dos empreendimentos se não houver vendas no Espaço, como também não cobra taxas nas vendas feitas fora do Espaço Solidário.

Na questão aberta, foi perguntado o que o empreendimento achava do Espaço Solidário, alguns entrevistados disseram: “que achava muito bom”. Segundo relato de um dos entrevistados “Uma grande oportunidade de vendas, conhecimento de novas ideias, amizade e grande desenvolvimento no artesanato” (Entrevistada do empreendimento 6).

Um dos associados diz que:

O CESOL mim deu essa alavancada de querer crescer, de valorizar aquilo que faço. Sem falar nos vínculos que a gente cria, nos vínculos de família [...], existe a troca de respeito, do cuidado um com o outro, e uma troca muito boa. Eu fui uma pessoa antes do CESOL e outra depois do CESOL (Entrevistada do empreendimento 3).

Um associado do empreendimento 7 relata que: “Para o empreendimento é bom, devido ao espaço de vendas, troca de experiências, de técnicas utilizadas, aumentando o aprendizado do empreendimento e conseqüentemente dos artesãos”.

“O Espaço Solidário é uma ferramenta de grande importância para o artesanato do Recôncavo, com a política pública que garante direitos aos empreendimentos”. (Entrevistada do empreendimento 8).

Com relação à questão 21<sup>a</sup> foi deixado um espaço para sugestão de mudanças, alguns dos empreendimentos optaram por não responder, outros argumentaram que: “No momento não tem o que ser mudado, pois vem suprindo as nossas necessidades” (Entrevistada do empreendimento 1).

“O percentual de 30% encarece a mercadoria, poderia ser menor. Vê a questão da disponibilidade dos empreendimentos estarem no espaço, e no dia que o empreendimento estiver no Espaço não pagar os 30%” (Entrevistada do empreendimento 3).

Segundo a entrevistada do empreendimento 4 o CESOL poderia “criar oportunidade para que o Espaço seja mais conhecido”.

De acordo com o entrevistado do empreendimento 5 “tem que haver ... a compreensão dos empreendimentos para cumprir com os seus plantões”

A entrevistada do empreendimento 8 faz a seguinte sugestão: “Quantidade de produto determinada para cada grupo e não por artesão em individual, redução do percentual de 30% para 20% em cima do valor de cada produto”.

De acordo com a entrevistada do empreendimento 9, as sugestões de mudança são: Determinar quantidade de produto feito por empreendimento e não individual; Determinar produto feito exclusivamente pelo grupo e não individualmente. “Porque só assim temos como identificar a qualidade dos produtos colocados à venda no nosso espaço, e todos os empreendimentos ficarão visíveis”.

#### **4.1 Discussão dos dados**

Na análise das estratégias de criação do Espaço, nota-se que a localização e o espaço físico são bastante estratégicos, para a visibilidade dos produtos expostos, visto que está localizado em um ponto comercial na Praça Central da cidade, na qual há um fluxo grande de consumidores e próximo a diversas lojas, o que oportuniza ainda mais a comercialização. Observa-se, no entanto, que há uma fraqueza comercial no que diz respeito a não abertura do

Espaço no dia de sexta-feira, sendo um dos dias de maior movimentação comercial. Percebe-se que há uma necessidade de maior orientação por parte dos técnicos para com os empreendimentos no sentido de promover a conscientização, sobre a importância de estarem no Espaço, e na busca de criação de estratégias que venham intensificar a comercialização do local.

Também foi constatada como estratégia de criação do espaço uma decisão governamental de sediar o Espaço Solidário na cidade de Cruz das Almas, por parte do Governo do Estado e Prefeitura Municipal, que auxilia em parte o projeto. O que reforça a contextualização de Sousa (2006, p. 26) quando diz que: “[...] A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações [...]”. Neste contexto, retrata-se a instabilidade de permanência do Espaço Solidário na cidade, devido à incerteza que é motivada por não terem a segurança de que o projeto irá permanecer após as próximas eleições.

Fazendo as análises dos questionários, por empreendimento, há um predomínio das associações, também da informalidade, que tem ascendência em 50% dos empreendimentos. Com relação ao gênero há uma hegemonia de mulheres que perfazem quase a totalidade dos EES. Foi constatado que a maioria dos empreendimentos não exige taxa de adesão e as mensalidades são cobradas por 4 dos EES, o que inviabiliza a construção da formalidade, entre outras necessidades por parte dos empreendimentos, pela falta de recursos.

Em relação aos critérios de participação dos empreendimentos para acessarem o projeto CESOL, houve uma consulta prévia com os empreendimentos, além dos princípios e especificidades quais sejam: ser um empreendimento solidário, regidos pela autogestão, com produção coletiva, que faça parte do território do Recôncavo, podendo ser grupo formal ou informal.

Apesar do CESOL, prestar assessoria também na parte de gestão dos empreendimentos, não há exigências quanto à formalidade por parte do projeto. No tocante em que a produção tem que ser coletiva, alguns empreendimentos fazem a produção individual, o que ocasiona um desconforto por parte de alguns associados. No entanto, a incidência generaliza um ganho individual, passando a descaracterizar o Empreendimento Econômico e Solidário cujo um dos princípios é a gestão e produção coletiva.

Como interação entre CESOL e EES, foi criada uma escala de plantão semanal com os empreendimentos para estarem no Espaço. Essa iniciativa busca uma integração com o Espaço, além de proporcionar vivência e experiência a ser adquirida pelos empreendimentos,

tanto na comercialização quanto na parte administrativa. Todavia, foi identificada uma falta de compromisso por parte de algum dos empreendimentos, que não comparecem no dia do plantão, ocasionando a não abertura do Espaço.

Foi identificada como estratégia de comercialização, a ação por parte do CESOL de realizar vistorias nos produtos e a colocação do selo de qualidade, valorando ainda mais o produto. No tocante que se refere á divulgação do Espaço, há uma necessidade de intensificação maior, pois o que funciona é o “boca a boca”. Nota-se que a população não tem conhecimento de que o espaço é de produtos da Economia Solidária, passando a entender que se trata de uma loja de artigo e variedades comuns. Ocasionalmente há distribuição de panfletos, mais não o bastante para tornar público às iniciativas de fomento dos EES. Rocha et al. (2018 apud Nichele *et al.* 2011, P. 12) corroboram ao afirmar que “muitas agroindústrias não conseguem atingir a padronização legal, e ressalta que nesses casos o que garante a qualidade dos produtos é o *marketing* “boca-a-boca”, ou seja, depende da opinião de quem consumiu como confirmação da qualidade em que é produzida”.

No que se referem as análises com relação aos preços, é feito o EVE, após o preço final é acrescido 30% no valor para os produtos que forem comercializados no Espaço, valor este recolhido para a manutenção do mesmo, além da utilização do montante para custear viagens dos empreendimentos para participarem de outro espaço de comercialização, visto que o projeto permanece sem recursos, em consequência há uma fragilidade em realizar os serviços de assistência técnica. Também como incentivo de comercialização o CESOL possibilitou diversas viagens para os empreendimentos participarem de outros espaços de vendas, proporcionando o fortalecimento ainda mais dos EES.

Foi identificada nas sugestões obtidas por parte dos empreendimentos, uma insatisfação com relação ao acréscimo de 30%, no qual, alguns dos empreendimentos sugeriram a diminuição para 20% e até mesmo a retirada da obrigatoriedade do desconto, quando a venda for do empreendimento que estiver no plantão.

Com relação à questão de quem sustenta o Espaço foi identificado uma falta de informação por parte dos empreendimentos, no qual há uma divergência considerada de opiniões, sendo que 60% dos empreendimentos entrevistados não souberam responder de fato quem sustenta o Espaço.

Quanto à avaliação dos resultados comerciais, obtidos pelos empreendimentos que fazem parte do Espaço Solidário do Recôncavo, foi considerado bastante satisfatório visto que houve um crescimento em quase a totalidade dos empreendimentos. No que se refere à

classificação dos preços dos produtos após o EVE, considerado bom por uma boa parte dos EES, o que demonstra o aumento nas vendas, também a entrada de novos associados demonstra que a parceria com o CESOL tem gerado um resultado bastante positivo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) são ferramentas que buscam a melhoria de vida de muitas pessoas, e suas ações, que tencionam o bem estar da sociedade, não deveriam ser tratados com tanta instabilidade. Como consequências as políticas públicas para a Economia Solidária tornam se flutuantes, pois não assegura as iniciativas ou metas que cada empreendimento solidário almeja alcançar, provocando uma fragmentação nas ações coletivas dos empreendimentos, assim como, ocasiona a desistência de alguns dos empreendimentos ou sócios, que acabam buscando a comercialização por outras vias.

Pelo o exposto das análises, observa-se uma grande preocupação tanto dos técnicos quanto dos empreendimentos no que se refere à permanência do Espaço na cidade, por não ter uma sede própria, por se tratar de uma ação governamental, e também pela falta de recursos, gerado pelo cenário político atual, o que faz com que os técnicos estejam trabalhando como voluntários, tornando-os vulneráveis a desmotivação. Ao mesmo tempo, percebe-se o esforço dos técnicos para manter as atividades no espaço, mesmo com tantas dificuldades.

Com relação aos empreendimentos, os grupos que estão participando semanalmente das escalas de plantão, demonstram uma maior responsabilidade para com o Espaço e a importância da interação entre CESOL e empreendimentos. Contudo, esta interação, ainda apresenta falhas, a exemplo de alguns empreendimentos que não souberam informar quem custeia o Espaço. Neste contexto, existe a necessidade de conscientização dos fatos expostos para todos os empreendimentos por parte da equipe técnica responsável pelo Espaço, na busca de uma participação maior na qual todos ganham.

Outro aspecto que chama bastante atenção é a produção individual, por parte de alguns empreendedores que apresentam certa resistência com relação à produção coletiva, que é uma das estratégias de participação do EES no Espaço Solidário. A produção individual descaracteriza o conceito de Economia Solidária no qual os princípios e valores são embasados na produção coletiva, na cooperação mútua, na autogestão, e comércio justo e solidário.

As estratégias de comercialização, juntamente com os resultados comerciais obtidos

junto aos EES que fazem parte do Espaço, demonstra um alto grau de aceitação, visto que, 90% dos EES obtiveram aumento nas vendas, seja no Espaço Solidário, com a exposição dos produtos e a comercialização, seja na qualificação com os selos do CESOL, o que valoriza ainda mais os produtos, seja com o Estudo de Viabilidade Econômica (EVE), que avalia a viabilidade do empreendimento, seja na acessibilidade disponibilizada pela Política Pública CESOL em levar os EES para outros locais de comercialização como: Feiras, Encontros, Exposições entre outros.

É válido salientar que, uma das alternativas de geração de recursos é o acréscimo de 30% no preço dos produtos, extraídos para custeio de viagens, entre outras despesas do Espaço para com os EES. Há uma necessidade de externar ainda mais as dificuldades enfrentadas pela equipe de técnicos do CESOL, que fazem parte do Espaço Solidário do Recôncavo junto aos EES, com relação a estratégia de geração de recursos com o acréscimo dos 30%, visto que alguns dos associados entrevistados não concordam ou acham que deveria ser um percentual menor, ou ainda, isentar da cobrança as vendas dos produtos do empreendimento que estiver no plantão (sugestão proferida por um dos entrevistados dos EES).

Em suma a Política Pública para Economia Solidária, CESOL, com a implantação dos Espaços Solidários visa proporcionar visibilidade aos EES assistidos, no entanto é preciso empreender ainda mais nos aspectos de sustentabilidade dos mesmos.

## REFERÊNCIAS.

- ALVES, V. O.; VIEIRA, N. S.; SILVA, T. C.; ROSA, P. F. **O Associativismo na agricultura familiar dos Estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Revista Administração Pública e Gestão Social, v. 3, n. 1, p. 66-88, jan./mar. 2011.
- ATLAS. **Atlas Digital da Economia Solidária.** 2014. Disponível em: <http://atlas.sies.org.br>. Acesso em: 22/09/18
- BAHIA, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Economia Sustentável.** Salvador: SETRE. 2011. 7-35 p.
- BAHIA. **Lei n. 8.647 de 29 de julho de 2003.** Dispõe sobre o Programa Estadual de Organizações Sociais e dá outras providências. Portal Casa Civil Legislação Estadual. 2015. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br>. Acesso em: 7/09/2018.
- BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006.** *Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.* Diário Oficial da União. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 14/08/18.
- BRASIL. **Lei n. 10406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil brasileiro.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em: 14/01/19.
- CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: conceitos e práticas/supervisão.** Belo Horizonte: SEBRAE/MG. 2008.
- CEDITER/ CESOL Recôncavo. **Créditos no Recôncavo/ tudo é possível!**/Paulo Wataru Morimitsu... [et al.]-Feira de Santana: Cruz das Almas-Ba 2015.
- CONTAG. **6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Anais...** Brasília, Contag, 1995. Disponível em: <http://www.contag.org.br>. Acesso em 14/08/18.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. In
- GRISA; SCHNEIDER, 2015 p.15. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil /** Organizadores Cátia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. il.; 16x23cm.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cruz-das-almas/pesquisa>. Acesso em: 14/01/2018
- LOWI, Theodor (1964) "**American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory**", World Politics, 16: 677-715.
- LOWI, Theodor (1972) "**Four Systems of Policy, Politics, and Choice**". Public Administration Review, 32: 298-310.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário** 2006. Brasília: MDA/IBGE. 2009. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006)>. Acesso em 14/08/2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Regulamentação da Lei da Agricultura Familiar: ganhos para o Brasil. 2017. Disponível em:**

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/regulamentação-da-lei-da-agricultura-familiar-ganhos-para-o-brasil>. Acesso em 17/01/2019.

MTE. **Guia de Orientações e Procedimentos do SIES: 2009/2010**. v 01. Brasília: MTE, SENAES. 2009. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies\\_guia\\_2009\\_01.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_guia_2009_01.pdf). Acesso em: 12/12/2018

PRAXEDES, S. **Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias**. Boletim IPEA Mercado de Trabalho, n. 39, maio, 2009.

ROCHA, P. M.; DOLABENETA, C.; FAVERO, E.; ROJO, C. A. **A importância do associativismo rural para a agricultura familiar: oportunidade de renda para pequenos produtores da Comunidade Santa Luzia do município de Jesuítas ( PR)**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV). V.7 N.1 jan.-jun. 2018. Disponível em: <http://www.ufv.br./indexphp/rever/view>. Acesso em 14/01/2019.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília (DF): EMBRAPA, 2008 (Texto para Discussão n. 30).

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura Familiar e pluriatividade**. Revista brasileira de ciências sociais, São Paulo, vol. 18 n. 51, p. 99-192, fev. 2003.

SECCHI, L. (2012). **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning.

SETRE. **Empreendedorismo**. Disponível em: < <http://www.setre.pi.gov.br/>> Acesso em: 22/09/2018.

SILVA, S. P. **A economia solidária e os desafios da gestão pública: uma análise do programa oportunidade solidária no município de São Paulo**. Revista Otra Economia, Buenos Aires, v. 4, n. 7, 2010.

SILVA, Sandro Pereira; NAGEM, Fernanda Abreu. **A Economia Solidária na agenda das Políticas Públicas nacionais: uma análise do Programa Economia Solidária em desenvolvimento.** 2011. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1682.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1682.pdf) Acessado em: 10/12/2018

SINGER, P. **Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 56, p. 89-93, 2014.

SOUZA, C. (2006). **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Porto Alegre, Sociologias, a.8(16), 20-45.

VASCONCELOS, A. D. P. et al. **Potencialidades e Limitações na Execução dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) no Estado da Bahia** in VIII Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília –DF, 2015

## APÊNDICE

### Questionário para o empreendimento.

1. O empreendimento é formal?  
 Sim       Não
2. Qual a categoria do empreendimento?  
 Associação    Cooperativa    Grupo de consumo       Grupo informal  
 Outros
3. Quantos associados tem o empreendimento?  
 Homens \_\_\_\_\_      Mulheres \_\_\_\_\_
4. Para se associar ao empreendimento, precisa pagar taxa de adesão?  
 Sim. Qual o valor? \_\_\_\_\_       Não.
5. Tem taxa mensal?  
 Sim. Qual o valor? \_\_\_\_\_       Não
6. A participação dos sócios nas atividades desenvolvidas pelo grupo, é:  
 Muito baixa    Baixa    Razoável    Boa    Excelente
- 7 – Como foi a entrada no programa do CESOL?  
 Houve uma reunião antes com os associados para decidir.  
 Foi decidido pela liderança e houve uma reunião para comunicar.  
 Não houve nenhuma reunião, nem para comunicar.
- 8- Como seu empreendimento soube desse espaço?  
 Por outro empreendimento ou pessoas.  
 Por internet  
 Divulgação do CESOL.  
 Divulgação da Prefeitura  
 Outros
- 9- Quem sustenta o espaço? (Pode marcar mais de uma alternativa)  
 CESOL  
 Prefeitura  
 Empreendimentos
- 10- De quem foi a decisão das escalas dos empreendimentos para tomar conta do espaço? (Pode marcar mais de uma alternativa)  
 CESOL  
 Prefeitura

Empreendimentos

11- Sobre o percentual de 30% colocado nos preços das mercadorias, para pagamento das despesas do espaço, a decisão foi:

- Conjunta com todos os empreendimentos, antes de definir o valor
- O valor foi uma condição já dita como regra para participar do espaço
- Não sei informar

12- Quais as exigências para se colocar a mercadoria à venda?

- Há uma vistoria simples por parte do CESOL antes
- A mercadoria necessita da colocação do selo de qualidade
- Não há exigências

13- Como é feita a divulgação do Espaço Solidário?

- Nas rádios locais
- Por carro de som nas ruas
- Distribuição de panfletos nas ruas
- Através do boca-a-boca
- Não há divulgação, os clientes entram espontaneamente

14- No ano de 2018, o CESOL enviou o empreendimento para participar de outros espaços de venda?

- Nenhuma vez
- Uma vez
- Duas vezes
- Quatro vezes
- Outros. Quantas? \_\_\_\_\_

15- Entrou novos associados, depois da parceria com o CESOL?

- Sim
- Não

16- Houve aumento nas vendas depois da parceria com o CESOL?

- Não houve
- 10%
- 30%
- 40%
- 50%
- mais de 50%

17- Como o empreendimento classifica o preço de venda dos produtos, formulado após o Estudo de Viabilidade Econômica (EVE) pelo CESOL?

- Bom
- Regular
- Ótimo
- Ruim

18- O empreendimento tem outros incentivos públicos além do Espaço do CESOL?

( ) Sim ( ) Não

19- Se não houver vendas no mês, existe algum valor a pagar por parte do empreendimento para a manutenção do espaço?

( ) Sim. Valor \_\_\_\_\_ ( ) Não

20- O que o empreendimento acha do Espaço Solidário do Recôncavo?

---

---

---

21- Sugestão de mudanças

---

---

---